





## ALMG negocia solução definitiva para a dívida de Minas com a União

Diante do endividamento histórico e crescente, Minas tem à vista, enfim, uma solução definitiva para pagar sua dívida com a União sem comprometer a prestação de serviços públicos no Estado.

Ao constatar que a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) traria prejuízos à população mineira, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) atuou, no Senado Federal, na construção do **Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag)**.

Trabalho liderado pelo Parlamento Mineiro obteve vitória com a aprovação do Propag no Senado, para renegociação de débitos dos estados com o governo federal.

O programa tramitou, no Congresso Nacional, como o **Projeto de Lei Complementar Federal (PLP) 121/2024**. O projeto, de autoria do presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi aprovado em 14/8/2024 pelos senadores e em 10/12/2024 pela Câmara dos Deputados, onde passou por modificações, retornando ao Senado para a votação final em 17/12/2024. A proposição foi sancionada pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 13/1/2025.

“Um feito histórico”, comemorou o presidente da ALMG, deputado Tadeu Leite (MDB), que, ao longo de 2024, defendeu o plano como a melhor solução para Minas, pois permitiria a redução dos juros pagos e do saldo devedor, ao contrário do RRF, instituído pela União em 2017.

O Regime de Recuperação Fiscal só posterga o problema e, o pior, aumenta a dívida de Minas de cerca de R\$ 170 bilhões para R\$ 210 bilhões. Precisamos de um projeto sustentável, que de fato resolva a questão do Estado.

Dep. Tadeu Leite, em declaração feita em julho de 2024.

Conforme o Propag, os estados podem aderir ao plano até 31 de dezembro de 2025. O texto traz regras e contrapartidas para o equilíbrio fiscal e possibilita o parcelamento do saldo devedor em até 30 anos, com descontos na taxa de juros mediante regras específicas. O programa permite ainda que parte do valor possa ser revertida em investimentos no próprio estado, em áreas como educação.

Parcela da dívida também já pode ser quitada pelos estados na adesão ao plano, o que pode ser feito de diferentes maneiras, como, por exemplo, transferindo imóveis e participações societárias em empresas estatais à União.

Dependendo do montante do saldo devedor que os estados pagarem no início, combinado a outras regras, poderá haver desconto na taxa de juros, que corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescido de 4% ao ano, mas que pode chegar ao IPCA mais 2%, 1% ou mesmo 0%.

Já o Regime de Recuperação Fiscal, questionado pela Assembleia, tem, entre outras regras, vigência de nove anos, com pagamento da dívida suspenso por um ano e retomada gradativa a partir do segundo, voltando a ser realizado integralmente no último ano de vigência.

Como no RRF a dívida não é abatida, ao final dos nove anos o saldo devedor terá crescido, assim como o valor das prestações que deverão ser pagas.



Parlamentares da ALMG se reúnem, em Brasília, com presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, para tratar de alternativas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

## Busca da ALMG por alternativa ao RRF reuniu parlamentares da base e da oposição

Em Minas, a adesão ao RRF consta do Projeto de Lei (PL) 1.202/2019, do governador Romeu Zema (Novo), que autoriza o Estado a aderir às normas do regime proposto pela União em 2017. Há ainda o Projeto de Lei Complementar (PLC) 38/2023, no qual o governador fixa um teto de gastos para limitar despesas do Estado.

Em razão das negociações em torno de um plano sustentável para Minas, a votação final do projeto autorizando a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal chegou a ser suspensa em duas ocasiões – em 17 de julho e em 1º de agosto de 2024.

O objetivo foi aguardar decisões sobre prorrogação no prazo de adesão ao RRF, solicitada pelo governador ao Supremo Tribunal Federal (STF), e também a tramitação do próprio Propag no Senado.

Tadeu Leite ressaltou que, em ambos os momentos de suspensão, houve, entre os parlamentares da ALMG, consenso de que o Regime de Recuperação Fiscal só seria votado em última instância. O presidente da Assembleia obteve, assim, o apoio de líderes tanto da base do governo como da oposição, consolidando um posicionamento tomado em conjunto por todas as correntes políticas do Parlamento Mineiro.

“Não tenho dúvida de que a nossa proposta seja mais sustentável”, reiterou Tadeu Leite, frisando que o Propag pode evitar o colapso das contas públicas sem agravar a situação financeira do Estado ao longo do tempo.

Também o governo de Minas, em nota à imprensa, destacou o empenho dos deputados estaduais em prol de uma nova proposta para equacionar a dívida do Estado com a União.



Em 2023, foi realizado o ciclo de debates sobre o endividamento de Minas.

## Saída para a dívida mobilizou agenda desde o início da legislatura

A participação direta do presidente Tadeu Leite no Senado e no governo federal em busca de uma proposta mais sustentável para a dívida de Minas começou ainda em 2023. No início da atual legislatura, quando Tadeu Leite assumiu a presidência do Legislativo Estadual, equacionar a dívida do Estado foi anunciada pelo deputado como sendo a prioridade da ALMG.

Com essa preocupação, a Assembleia realizou, em 26 e 27 de outubro de 2023, o ciclo de debates Endividamento de Minas Gerais, no qual deputados, gestores e especialistas analisaram o perfil da dívida do Estado e sua evolução ao longo dos anos.

Ainda em 2023, o presidente da ALMG, acompanhado de outros deputados estaduais, se reuniu, em Brasília, com o senador Rodrigo Pacheco, para tratar da situação fiscal do Estado e seu possível agravamento, caso houvesse adesão ao RRF.

Em 21 de dezembro de 2023, também em Brasília, a ALMG mobilizou autoridades federais para negociar uma solução definitiva para a dívida. Em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o deputado Tadeu Leite e o senador Rodrigo Pacheco apresentaram proposta conjunta elaborada pelas equipes técnicas das duas Casas Legislativas.

O ano de 2024 começou com novas tratativas. Em 8 de fevereiro, durante evento em Belo Horizonte com o presidente Lula para anúncio de obras do governo federal, o presidente do Senado ressaltou a importância do relato da ALMG sobre as dificuldades de Minas relativas ao plano de recuperação fiscal.

O senador fez um apelo, em seu pronunciamento no evento, para que os governos estadual e federal chegassem a um acordo definitivo. Ele pontuou que a sustentabilidade fiscal, almejada pela Assembleia, seria o maior legado a ser deixado para o Estado.

Em 6 de março, o assunto voltou a ser tratado durante nova reunião em Brasília, mais uma vez com a participação do deputado Tadeu Leite, do presidente Lula e do presidente do Senado, além do governador Romeu Zema. Na ocasião, foi apresentada a nova proposta para a dívida de Minas.

Em junho, o senador foi recebido na ALMG, onde abordou avanços concretos obtidos em negociações travadas com as diversas esferas, desde então, em torno do que resultou no Propag.

Foi o presidente Tadeu Leite quem levou até mim a necessidade de se buscar essa alternativa para Minas Gerais. Apresentamos ao governo do presidente Lula, aos ministros Fernando Haddad e Alexandre Silveira, em reunião na qual o Tadeu também participou, a proposta de uma lei complementar para constituir um novo programa de solução da dívida. Isso foi muito bem recebido naquele momento.

Senador Rodrigo Pacheco, em entrevista na Assembleia de Minas.

## RRF agrava endividamento; novo plano pode abater saldo devedor

Como a dívida do Estado não é abatida no RRF proposto em 2017, ao final dos nove anos do regime o saldo devedor terá crescido, assim como o valor das prestações. No caso de Minas, o aumento do passivo seria considerável, conforme alerta reiterado pelo presidente da ALMG nas muitas tratativas sobre o assunto.

Além disso, nas propostas do governador Romeu Zema de adesão de Minas ao RRF, a negociação da dívida implicaria a privatização de empresas públicas e o congelamento de salários do funcionalismo, restringindo ainda a realização de concursos públicos.

Já o Propag permite o abatimento da dívida e a aplicação, diretamente no próprio estado, de parte dos recursos que seriam pagos como juros à União, sendo outra parte revertida ao fundo de equalização para investimentos em todos os estados da Federação.

A título de ilustração, o presidente da Assembleia estimou, na fase de elaboração do Propag, que, se Minas viesse a arcar com parcelas de R\$ 8 bilhões dentro do novo plano, algo como R\$ 6 bilhões seriam para pagamento da dívida e o restante do abatimento do débito se daria por meio de investimento, no próprio estado, em obras de infraestrutura ou em áreas como segurança pública e educação.

Diante desse comparativo, Tadeu Leite destacou que o RRF agrava o montante devido e compromete a prestação de serviços públicos essenciais para a população, ao passo que o Propag vai na direção oposta.

## Dívida cresceu ao longo dos anos, apesar de pagamentos feitos

A empreitada por uma solução definitiva para o endividamento do Estado tem respaldo na história. A dívida de Minas Gerais com a União foi inicialmente pactuada em 1997. Naquele ano, o governo federal assumiu a responsabilidade pelo pagamento dos débitos que os estados haviam contraído em bancos e instituições financeiras. No caso de Minas Gerais, a dívida foi calculada em R\$ 18 bilhões na época. Esse saldo devedor deveria ser pago à União em parcelas mensais ao longo de 30 anos, com taxa de juros de 7,5% ao ano mais a inflação medida pelo IGP-DI.

Naquela ocasião, foi um bom negócio para os estados. Mas, com o passar dos anos, o custo do financiamento da dívida foi se distanciando das taxas praticadas pelo mercado e acabou se tornando insustentável.

Em 2014, foi autorizado o refinanciamento das dívidas estaduais, que passaram a ser corrigidas pela taxa Selic ou pela inflação medida pelo IPCA mais 4% ao ano, sendo escolhido o índice mais favorável para os estados.

Essa renegociação também acabou com o limite para o pagamento das prestações da dívida, que até então não poderia exceder 13% da receita líquida real do Estado. Como esse limitador havia aumentado expressivamente o saldo devedor, a retomada do pagamento integral das prestações se tornou impraticável.

Diante desse cenário, esmiuçado no ciclo de debates Endividamento de Minas Gerais, os estados ficaram sem condições de pagar a dívida e se tornaram inadimplentes. Em Minas Gerais, a situação se agravou a partir de 2013, quando o Estado passou a registrar sucessivos déficits orçamentários, em um contexto de crise econômica nacional.

Em 2017, a União criou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Mas, por conta de decisões liminares do Supremo Tribunal Federal (STF), renovadas sucessivamente ao longo dos governos Fernando Pimentel e Romeu Zema, Minas deixou de pagar sua dívida, elevando o passivo e tendo prorrogados os prazos para aderir ao regime.

## Minas também é credora da União

Embora o Estado deva à União, o ente federal contribuiu para que Minas chegasse à situação atual, devido à Lei Kandir. A norma federal entrou em vigor em 1996, isentando de ICMS os produtos e serviços destinados à exportação, para que tivessem maior competitividade fora do País.

A Lei Kandir afetou diretamente estados como Minas Gerais, que tem vocação de exportar *commodities* como minérios e produtos agrícolas. Com a nova política, o Estado deixou de arrecadar esse tributo, com a promessa de ser recompensado pela União.

Essa situação provocada pela Lei Kandir também mobilizou intensamente a ALMG no passado, com a criação, em 2017, da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União.

Após os trabalhos da comissão, um acordo posterior chegou a ser formalizado entre as partes no Supremo Tribunal Federal, em 2020, com a previsão de destinar aos estados afetados pela Lei Kandir um total de cerca R\$ 65,6 bilhões até 2037 – menos da metade da perda sofrida só por Minas Gerais, estimada em R\$ 135 bilhões em 2020. Caberia ao Estado cerca de R\$ 8,7 bilhões, até 2037.

“Isso chama atenção para o fato de que, na ponta do lápis, não houve nenhuma compensação. O passado foi esquecido”, contabilizou o professor de Direito Tributário da UFMG Onofre Alves Batista Júnior, na mesa do ciclo de debates sobre a dívida de Minas, em que o RRF foi questionado por especialistas como solução, reforçando a mobilização da Assembleia por uma outra proposta.



Especialistas debatem a situação da dívida do Estado.

## Preocupação com dívida pautou momentos anteriores na ALMG

A Assembleia se debruçou sobre a questão da dívida em várias outras frentes ao longo dos últimos anos.

- Em 2009, foi instituída a Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional, que pediu a renegociação da dívida pública de Minas Gerais com a União para reduzir o valor destinado ao pagamento do serviço da dívida e dar maior flexibilidade ao Estado para ampliar a capacidade de investimento, propondo várias ações nesse sentido.
- Entre 2011 e 2012, foi instalada a Frente Parlamentar em Defesa da Renegociação da Dívida Pública do Estado e criada a Comissão Especial da Dívida Pública, cujas propostas foram apresentadas pela Assembleia durante encontro da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, em 2012.

Na ocasião, a ALMG, liderando um movimento pela revisão da dívida dos estados com a União, divulgou a Carta de Minas, documento assinado também pelos presidentes das Assembleias Legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Na Carta, os parlamentos estaduais reforçaram a necessidade de revisão dos juros, do indexador e do limite de endividamento dos estados.

- Em 2015, a Assembleia votou projeto de lei autorizando o governo do Estado a alterar os critérios de indexação dos contratos de empréstimo celebrados com a União, conforme aprovado pelo Congresso Nacional em 2014 após a mobilização nos estados.
- Em 2016, a ALMG ratificou decreto do governo estadual, decretando situação de calamidade financeira em Minas Gerais.
- Em 2019, em conformidade com os esforços que moveram a Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União, criada em 2017, foi divulgada nova Carta de Minas, dessa vez cobrando a compensação de perdas da Lei Kandir e enumerando propostas nesse sentido.

A carta teve adesão dos Poderes Executivo e Judiciário de Minas Gerais, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado, da Defensoria Pública e de diversos segmentos da sociedade, além de autoridades municipais, estaduais, federais e entidades de classe.

## Linha do tempo – Do RRF ao Propag

- 2017 – O governo federal, na Presidência de Michel Temer, cria o RRF para estados com alto índice de endividamento.
- 2018 – O governador Fernando Pimentel (PT) consegue liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo o pagamento da dívida do Estado com a União, dando início a sucessivos adiamentos de prazos para adesão de Minas ao RRF.

- 2019 – O governador Romeu Zema (Novo) encaminha à ALMG projeto de lei que autoriza o Estado a aderir ao RRF.
- 2022 – Minas recorre ao STF a fim de dispensar autorização do Legislativo para a adesão de Minas ao RRF. O governador argumenta que o projeto ficou parado na ALMG, mas parlamentares afirmam que o Executivo não encaminhou detalhamento da proposta à Assembleia.
- 2023 – Chega à ALMG, em outubro, o plano detalhado do RRF. Contrário à proposta, o presidente da Assembleia, deputado Tadeu Leite, busca uma saída política para a renegociação da dívida junto com o presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco.
- 2024 – O presidente da ALMG recebe o senador Rodrigo Pacheco em junho, em nova articulação por solução definitiva para a dívida.



O presidente da ALMG, deputado Tadeu Leite, se reúne com presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, para tratar de alternativas para a dívida de Minas.

### PASSOS SEGUINTES

- 9 de julho – É apresentado no Senado o Projeto de Lei Complementar Federal criando o Propag, fruto das articulações encabeçadas por Tadeu Leite e Rodrigo Pacheco.
- 15 de julho – O fim de prazo concedido pelo STF se aproxima e o projeto de lei do governador para adesão ao regime volta a tramitar na ALMG.
- 17 de julho – O projeto autorizando a adesão de Minas ao RRF fica pronto para análise final dos deputados no Plenário. Entretanto, tem a votação suspensa devido à espera de mais uma definição do STF sobre nova extensão do prazo e também em decorrência da tramitação do Propag no Congresso Nacional.

- 1º de agosto – O ministro Kassio Nunes Marques adia o prazo para adesão de Minas ao RRF até julgamento do caso pelo Plenário do STF, previsto a partir de 28 de agosto. Com isso, a votação do regime na ALMG volta a ser suspensa, em defesa do Propag.
- 14 de agosto – O Plenário do Senado Federal aprova o texto do Propag.
- 28 de agosto – É homologado o acordo entre a União e o Estado de Minas Gerais para determinar o pagamento das parcelas da dívida fiscal, como se estivesse no RRF a partir de 1º de agosto de 2024.
- 10 de dezembro – O projeto do Propag é aprovado com mudanças na Câmara dos Deputados e volta ao Senado.
- 17 de dezembro – O Senado aprova o texto final do Propag.
- 26 de dezembro – Ocorre a homologação do Plano de Recuperação Fiscal e o estabelecimento da vigência do RRF de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2033.
- Janeiro de 2025 – O presidente da República sanciona a Lei Complementar Federal 212, de 13 de janeiro de 2025, que Institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União.

# CHEGA

## DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



Em Minas, a cada dois dias, uma mulher é assassinada. Foram 183 feminicídios e 154.742 registros de violência doméstica contra a mulher em 2023 – e muitos casos não foram ao menos registrados.

Se você for vítima ou testemunha de um ato violento, não hesite.

**LIGUE 190 E PROCURE A DELEGACIA MAIS PRÓXIMA.**

Fonte: Relatório "Violência contra a Mulher", do Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais - Março 2024

ACESSE O QR CODE E SAIBA COMO SE PROTEGER.

[almg.gov.br/semprevivas](http://almg.gov.br/semprevivas)



**AS DEPUTADAS E OS DEPUTADOS ESTADUAIS ESTÃO NA LUTA PELA VIDA DAS MULHERES.**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS**

Poder e voz do cidadão





“Em 2024, a atuação do Parlamento Mineiro seguiu firme no compromisso com o povo de Minas Gerais por transparência e prestação de contas. Por meio do Assembleia Fiscaliza, garantimos a presença de secretários de Estado e dirigentes para fornecer informações fundamentais sobre a gestão pública. Na Procuradoria da Mulher, trabalhamos para ampliar o acolhimento e o suporte às mulheres, bem como sua capacitação. Além disso, a Frente Parlamentar Juntos Contra a Pedofilia intensificou ações de prevenção e conscientização, envolvendo escolas e a sociedade, a fim de fortalecer a proteção de nossas crianças.”

Deputada Delegada Sheila (PL)

---

“O ano 2024 foi de avanços planejados, com melhorias significativas na área social e na saúde, tais como ampliação de serviços essenciais e qualificação do atendimento à população. Aprovamos projetos como o que institui o Piseg, que fortalece a segurança pública, garantindo mais recursos para proteger os cidadãos. Investimos na educação e na cultura, valorizando a história e o potencial do Estado, e impulsionamos o agronegócio com iniciativas que geram desenvolvimento sustentável e oportunidades. Unindo esforços por um futuro mais próspero e seguro, cada conquista fortalece Minas Gerais.”



Deputado Delegado Christiano Xavier (PSD)

---



“A ALMG seguiu, em 2024, cumprindo seu papel institucional de representar o povo mineiro, buscando gerar resultados concretos para os cidadãos, seja na elaboração, debate e aprovação de leis, seja na interlocução com os demais Poderes e com os municípios e entidades da sociedade civil. Estamos também presentes no debate e no enfrentamento de temas amplos e desafiadores, como a crise climática, as reparações por danos ambientais e os caminhos para o desenvolvimento econômico e social de Minas. A meta é sempre aperfeiçoar nossa atuação como representantes da população mineira!”

Deputado Doorgal Andrada (PRD)

“Finalizo meu último ano na Assembleia de Minas com grandes trabalhos prestados a Sete Lagoas e região: entregamos um tomógrafo para o Hospital Nossa Senhora das Graças; as obras do Hospital Regional estão avançando cada dia mais; destinamos recursos para mais de 10 escolas; entregamos 16 máquinas de hemodiálise e 26 poltronas elétricas para o Hospital Nossa Senhora das Graças; equipamos toda a região de Sete Lagoas com ambulâncias e destinamos mais de R\$ 1 milhão para custeio de hospitais. Sigo no próximo ano como prefeito de Sete Lagoas, deixando um legado de grandes contribuições no Legislativo Mineiro.”



Deputado Douglas Melo (PSD)

---



“Em 2024, a Assembleia de Minas desenvolveu um trabalho importante, discutindo assuntos de interesse da população e aprovando diversas medidas significativas para a garantia de direitos. Com o apoio institucional da Casa, criamos a Frente Parlamentar pela Melhoria das Estradas e discutimos a situação de rodovias importantes para nosso estado, como a BR-367, no Vale do Jequitinhonha. Isso demonstra o compromisso da Assembleia com o povo mineiro, principalmente com os que mais precisam. Em 2025, continuaremos pautando o desenvolvimento de Minas com a participação de todos e todas.”

Deputado Doutor Jean Freire (PT)

---

“O ano 2024 foi de muito trabalho. Seguimos firmes no compromisso de fortalecer os municípios com recursos para melhorias e de garantir mais qualidade de vida para a população.

Tive a oportunidade de estar próximo da população de várias cidades da minha região, Sul de Minas, acompanhando de perto suas demandas para fazer ainda mais por todos na Assembleia.

Também me dediquei a importantes pautas nas Comissões de Saúde e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, das quais sou membro efetivo. Que, no próximo ano, possamos trabalhar ainda mais pelos mineiros.”



Deputado Doutor Paulo (PRD)



“Em 2024, a ALMG reafirmou seu protagonismo, especialmente na discussão da dívida do Estado, liderada com maestria pela Presidência da Casa, que promoveu um diálogo aberto e responsável em busca de soluções para esse desafio histórico. Além disso, importantes avanços foram alcançados na área da saúde, com apreciação e aprovação de projetos que garantem um atendimento mais adequado e digno a todos os mineiros. O trabalho da ALMG segue firme na defesa dos interesses do povo mineiro, fortalecendo a democracia e o bem-estar social.”

Deputado Doutor Wilson Batista (PSD)

---

“Em 2024, reafirmei meu compromisso com os mineiros, especialmente do Sul de Minas, com foco na saúde, na inclusão e no agronegócio. Como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conduzi importantes projetos sobre inclusão social e empregabilidade, promovendo oportunidades para todos. Como médico, sei da importância da saúde para a população e destinei diversas emendas para ampliar e melhorar a qualidade e a eficiência dos atendimentos. Na Comissão de Agropecuária e Agroindústria, trabalhei incansavelmente pelo fortalecimento do setor rural.”



Deputado Dr. Maurício (Novo)

---



“Em 2024, a ALMG reforçou seu compromisso de legislar, fiscalizar e representar a população mineira, mantendo diálogo aberto com todos os setores da sociedade. O Parlamento Mineiro priorizou o enfrentamento das mudanças climáticas e estruturou respostas a desastres naturais, além de intensificar o debate sobre o endividamento estadual, em busca de soluções concretas para Minas Gerais. É com grande orgulho que participo desses trabalhos, representando nossa população em um momento de desafios e responsabilidades para o nosso estado e o futuro da nossa gente.”

Deputado Duarte Bechir (PSD)

“Tenho me destacado no Parlamento Mineiro pela defesa firme dos interesses do povo. Em 2024, atuei com ética e compromisso, priorizando projetos que promovem a justiça, a segurança pública e o desenvolvimento econômico, sempre pautado pela transparência e pelo combate a privilégios. Meu trabalho reflete a luta constante por um estado mais justo, com foco em melhorias reais para as famílias mineiras.”

Deputado Eduardo Azevedo (PL)



“Constatamos, na Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, que certas regiões de Minas não têm sequer hospital público para diagnóstico e tratamento do câncer, como é o caso do Pontal do Triângulo. Absurdamente, os pacientes precisam se deslocar até mesmo para outros estados em busca de atendimento. Realidade que precisa mudar urgentemente, por meio de um plano regionalizado de prevenção e controle do câncer. Por outro lado, testemunhamos um grande marco: a inauguração dos dois primeiros centros de prevenção ao câncer da história do Estado, concretizados com emendas de um parlamentar, sem iniciativa do Estado.”

Deputado Elismar Prado (PSD)

“Em 2024, dedicamo-nos a melhorar a qualidade da prestação de serviços públicos de saúde e a infraestrutura das estradas para os mineiros, em especial nas regiões dos Vales do Rio Doce, do Aço e do Mucuri. Por meio de projetos sólidos e parcerias estratégicas entre a Assembleia e o governo de Minas, foi possível direcionar recursos e propor projetos que impactaram diretamente a vida da população. Também cumprimos os papéis de fiscalização e de porta-voz da população mineira, ambos fundamentais na garantia da transparência das políticas públicas. Estou comprometido a continuar trabalhando na busca de soluções que façam diferença na vida do cidadão mineiro.”

Deputado Enes Cândido (Republicanos)

